

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CLAUDIO BARCELOS DUTRA – PRESIDENTE DO
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA**


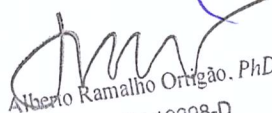
Tomada de Preços nº 002/2019

(Ref.: Processo Administrativo nº E-07/002.1372/2019).

TERRATEK TECNOLOGIA LTDA (TERRATEK), já qualificada perante o Instituto Estadual do Ambiente – INEA, vem, com fundamento nos itens 16.1 e 16.3 do Edital da Tomada de Preços nº 002/2019 (Edital), em razão da decisão que rejeitou a sua habilitação, interpor recurso, com efeito suspensivo, com base nos seguintes fatos e fundamentos a seguir expostos:

I – TEMPESTIVIDADE:

1. Conforme previsto no item 16.1 do Edital, os recursos das decisões da Comissão de Licitação serão apresentados por escrito, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato ou data de lavratura de qualquer das atas, conforme o caso, e dirigidos ao Presidente do INEA.
2. Considerando que a TERRATEK estava presente na data da Sessão de Recebimento e Abertura do Envelope A, realizada no dia 25.07.2019, uma quinta-feira, e nesta data foi intimada sobre a decisão que a inabilitou, o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição deste recurso teve início no dia 26.07.2019, sexta-feira, e terá o seu término no dia 01.08.2019, quinta-feira, nos termos do item 18.4 do Edital.
3. Logo, o recurso apresentado nesta data é tempestivo.

30/7/19 
Rosângela Cunha Nicolau
Adj. - ID 4417580-9
Mat. 390852-2
Gerência de Atendimento - INEA

Alberto Ramalho Orsigo. PhD
CREA RJ-19298-D

II – DECISÃO EM CONFRONTO COM O EDITAL:
A TERRATEK CUMPRIU TODAS AS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

4. Em 25.07.2019, o INEA realizou a Sessão de Recebimento e Abertura do Envelope “A” de Habilitação, no procedimento licitatório da Tomada de Preços nº 002/2019, para “*Projeto Básico e Executivo de recuperação da barragem de Gericinó, Nilópolis e Mesquita, Rio de Janeiro – RJ*”.

5. E, nesta mesma data, decidiu-se que estavam habilitadas a **Engevix Engenharia e Projetos S.A.** e a **Paulo Simões Consultoria e Projetos LTDA** e que a **Terratek Tecnologia LTDA (TERRATEK)**, agora recorrente, não estaria habilitada, em razão de uma suposta *afrenta* ao Edital, consubstanciada em dois motivos, quais sejam:

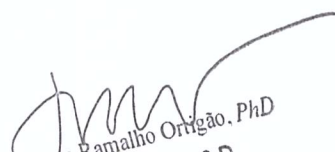
(1) *afrenta ao item 6.3 alínea “c”, não estando o contrato social averbado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, e*

(2) *afrenta ao item 6.8.2, estando a alteração do contrato social sem a devida autenticação.*

6. No entanto, e aqui residem os motivos da interposição deste recurso, a TERRATEK cumpriu rigorosamente os termos do edital, seja com relação à regularidade do registro do seu contrato social, seja com relação à sua respectiva autenticação, motivo pelo qual deve ser habilitada a participar deste procedimento licitatório.

7. Há, ainda, adicional questionamento por meio deste recurso, em razão de **Engevix Engenharia e Projetos S.A (ENGEVIX)** ter sido habilitada a participar deste procedimento licitatório. Com a máxima e devida venia, a TERRATEK teve conhecimento que a ENGEVIX foi declarada inidônea pelo Tribunal de Contas da União para participar de licitações, o que, em tese, viola o item 5.2 do Edital e o princípio da moralidade administrativa, previsto no art. 3º da Lei 8.666/93.

8. É o que se passa a demonstrar.


Alberto Ramalho Ortigão, PhD
CREA RJ-19298-D

II.a) Sobre a suposta afronta ao item 6.3.1.c), em razão de o contrato social da TERRATEK não estar averbado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro:

9. Com a devida e merecida venia, a não habilitação em razão deste fundamento foi equivocada e tudo indica causada por um erro em não ter sido verificada a natureza societária da TERRATEK.

10. Conforme está descrito expressamente na 12ª e última alteração do seu ato constitutivo (contrato social), a TERRATEK é uma sociedade **simples** limitada.

11. E, em razão de ser uma sociedade **simples**, a lei, mais precisamente os artigos 998 e 1.150 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002), impõem que o seu registro e o seu vínculo sejam perante o Registro Civil das Pessoas Jurídicas (RCPJ). Anotem-se:

“Art. 998. Nos trinta dias subseqüentes à sua constituição, a sociedade [simples] deverá requerer a inscrição do contrato social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede” (g.n.);

*


*

*

Art. 1.150. O empresário e a sociedade empresária vinculam-se ao Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, e a sociedade simples ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, o qual deverá obedecer às normas fixadas para aquele registro, se a sociedade simples adotar um dos tipos de sociedade empresária” (g.n.).

12. Frise-se: em razão de ser uma sociedade **simples**, a TERRATEK, de acordo com a lei, deve registrar os seus atos constitutivos (contrato social) perante o Registro Civil das Pessoas Jurídicas e não perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA).

13. Logo, renovadas as venias, está equivocada e é ilegal a decisão que não habilitou a TERRATEK em razão da (suposta) ausência de averbação do seu contrato social perante a JUCERJA. E isto porque não é perante a JUCERJA que deveria ser averbado o seu contrato social, mas, sim, repita-se, perante o Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme lhe impõe os artigos 998 e 1.150 do Código Civil acima transcritos.


Alberto Ramalho Orsigo, PhD
CREA RJ-19298-D

14. Conforme faz prova a 12ª e última alteração do seu ato constitutivo (contrato social) apresentada ao INEA para fins de habilitação neste procedimento licitatório, a TERRATEK está devida e regularmente registrada perante o Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sua sede (a cidade do Rio de Janeiro), sob a matrícula de nº 191747 (vide comprovante de averbação ao final do documento e o papel próprio do RCPJ, timbrado e selado).

15. Apenas para fins de esclarecimento, apesar de ser uma sociedade simples, o artigo 983 do Código Civil faculta a possibilidade de ser constituída segundo um dos tipos de sociedade regulados nos artigos 1.039 a 1.092 do Código Civil¹.


16. E assim o fez a TERRATEK, optando-se por ser constituída sob o tipo de uma sociedade limitada, nos termos do art. 1.052 e seguintes do Código Civil. Tem-se, então, que a TERRATEK é uma sociedade simples limitada, tal como está descrito na sua 12ª e última alteração do seu ato constitutivo (contrato social).

17. Não fosse suficiente o quanto afirmado até agora, e é, observe-se que o item 6.3.1. “c” do Edital, utilizado como fundamento para a não habilitação da TERRATEK, trata das sociedades empresárias, e, pois, não poderia ser utilizado contra a TERRATEK, que é uma sociedade simples.

18. Aplica-se à TERRATEK o item 6.3.1. “d”, que exige a inscrição do ato constitutivo. E, repita-se, mais uma vez, a TERRATEK fez prova de que está devidamente inscrita/registrada perante o Registro Civil das Pessoas Jurídicas e os seus administradores estão nomeados na cláusula 12 do seu ato constitutivo (contrato social) (Srs. José Alberto Ramalho Ortigão e Halleylton Lopes Ribeiro).

19. E para que dúvidas não mais parem sobre esta questão, registre-se que da leitura das alíneas do item 6.3.1 do Edital, as sociedades das mais diversas naturezas são admitidas a participar desta licitação, basta observar, no que importa para este recurso, a menção às sociedades simples, como é a TERRATEK, nas alíneas “d” e “f”.

¹ Art. 983. A sociedade empresária deve constituir-se segundo um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092; a sociedade simples pode constituir-se de conformidade com um desses tipos, e, não o fazendo, subordina-se às normas que lhe são próprias.


Alberto Ramalho Ortigão, PhD
CREA RJ-19298-D

20. Em adição, observe-se que tanto a alínea “c”, como a alínea “d”, **não** explicitam que o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor deva estar registrado perante a JUCERJA ou perante o RCPJ. Ambas as alíneas, pura e simplesmente, exigem que o referido documento de constituição da sociedade esteja registrado. E, evidentemente, de acordo com a natureza da sociedade, se simples ou empresária, o registro será perante o RCPJ ou perante a JUCERJA, respectivamente, mas, em ambos os casos, a sociedade estará registrada e atenderá ao quanto disposto no Edital.

21. Em suma: a TERRATEK comprovadamente é uma sociedade **simples**, e, pois, como exige a lei, o seu ato constitutivo (contrato social) é registrado (inscrito) no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, e não perante a JUCERJA, como equivocadamente decidiu-se nesta licitação. E os seus administradores, também como faz prova a 12ª e última alteração do seu ato constitutivo (contrato social), estão nomeados na cláusula 12 (Srs. José Alberto Ramalho Ortigão e Halleylton Lopes Ribeiro).

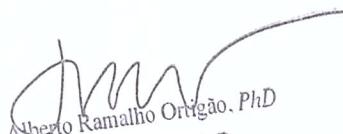
22. Logo, a decisão que não habilitou a TERRATEK é a um só tempo equivocada, ilegal e viola frontalmente o que está disposto no Edital e deve ser reformada.

II.b) Sobre a suposta afronta ao item 6.8.2, em razão de a alteração do contrato social não estar autenticada:

23. O segundo e último motivo pelo qual a TERRATEK não foi habilitada neste procedimento licitatório é igualmente equivocado, porque a sua 12ª e última alteração do seu ato constitutivo (contrato social) é um documento cuja autenticidade é verificável de acordo com as regras impostas pelo próprio Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

24. E estas regras, que concedem muito mais segurança às partes, impõem que esta verificação se dê de forma online, direto em sua página na internet, mediante a inclusão do “código do selo” ou do “QRCode”, ambos constantes na página final do documento apresentado ao INEA.

25. Esta orientação consta do próprio selo localizado ao final do documento apresentado ao INEA, observe-se:


Alberto Ramalho Ortigão, PhD
CREA RJ-19298-D



26. Consta no selo acima: “*Verifique autenticidade em rcprj.com.br ou pelo QRCode ao lado*”.

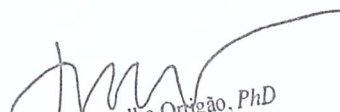
27. E ao acessar a página referida acima na internet, o procedimento é bastante simples. Na própria página inicial há um campo em destaque intitulado “Consulte a autenticidade de documentos arquivado no RCPJ” ou basta clicar na aba “consultar” e “autenticidade de documentos”. Após, basta inserir o código do selo mencionado no documento, qual seja, ECGV33028ROA, e consultá-lo.

28. E a mensagem que aparece em seguida, como não poderia deixar de ser, é: “*O RCPJ-RJ reconhece e dá fé que o documento registrado com o selo **ECGV33028ROA** está cadastrado no seu sistema*”.

29. E não é só. De modo a conferir ainda mais segurança às partes, o RCPJ não só confere e dá autenticidade ao documento, como o exhibe, em seguida, na íntegra, sendo possível a verificação no detalhe da sua autenticidade.

30. Toda esta sequência rápida e simples de verificação, para fácil visualização do INEA, segue em anexo (doc. 1), mas pode ser feita, por qualquer interessado, a qualquer momento, por quantas vezes forem necessárias, de forma online na página acima indicada.

31. Trata-se, em última análise, de conferência disponibilizada pelo RCPJ que está alinhada à diretriz de racionalização de atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, consubstanciada na Lei Federal nº 13.726/2018. Anotem-se dois artigos da referida Lei:


Alberto Ramalho Ortião, PhD
CREA RJ-19298-D

“Art. 1º Esta Lei racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios mediante a supressão ou a simplificação de formalidades ou exigências desnecessárias ou superpostas, cujo custo econômico ou social, tanto para o erário como para o cidadão, seja superior ao eventual risco de fraude, e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação” (g.n.).

*

*

*

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de: (...) II - autenticação de cópia de documento, cabendo ao agente administrativo, mediante a comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade;


32. Assim, a verificação desta autenticidade, que, conforme regras do próprio RCPJ, deve ser feita diretamente em sua página na internet, por meio da parte interessada, de forma rápida, eficaz e gratuita, está perfeitamente alinhada com a nova diretriz legislativa, que visa, se não suprimir, simplificar e diminuir o custo das exigências feitas ao cidadão.

33. Repita-se: no presente caso, de forma análoga à Lei, o agente administrativo (membro da Comissão) facilmente acessaria à página do RCPJ, como instruído no selo constante do documento, e lá constataria, com acesso à íntegra do documento arquivado, que se trata de um documento autêntico. Tudo, insista-se, de forma rápida, eficaz e gratuita. Tudo, enfim, de forma simples e desburocratizada, sem qualquer prejuízo para a Administração.

34. Há mais. Se mesmo diante de tudo isso, o INEA ainda tivesse dúvidas sobre a autenticidade do documento, o Edital, frise-se, o próprio Edital, prevê ao INEA a possibilidade de pedir a exibição do original do documento. Anote-se o quanto disposto no item 7.4:

“7.4 Pode a Comissão de Licitação pedir a exibição do original dos documentos, no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a abertura do envelope A”

35. Tamanha é a intenção do Edital em privilegiar a ampla participação, para que haja maior concorrência, e, ao fim e ao cabo, seja obtida a proposta mais vantajosa para a Administração, que há previsões repetidas, em excesso, justamente para que a Administração não exclua da participação qualquer pessoa interessada em razão de qualquer dúvida, erros ou omissões formais, que possam ser esclarecidas ou complementadas com simples diligência.


Alberto Ramalho Ortigão, PhD
CREA RJ-19298-D

36. Anotem-se as diversas e repetidas menções no Edital:

“8.30 É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

8.31 A critério da Comissão de Licitação, poderão ser relevados erros ou omissões formais, de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas. (...)

18.7. É facultada à Comissão de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

18.8 A critério da Comissão de Licitação, poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas”

37. No entanto, o INEA não observou nenhum destes comandos do Edital e preferiu não habilitar abruptamente a TERRATEK, em desfavor da ampla participação no procedimento licitatório, na maior concorrência e na busca da proposta mais vantajosa para a Administração, o que confia e se pede seja reformado por meio deste recurso.

III – SOBRE A ENGEVIX:


DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

38. Por fim, verifica-se que o INEA habilitou a sociedade **Engenix Engenharia e Projetos S.A.** a participar deste procedimento licitatório.

39. No entanto, com a máxima e devida venia, a TERRATEK compartilha com o INEA o conteúdo de duas decisões proferidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), as quais estão disponíveis em sua página na internet e de acesso público a qualquer interessado. São elas:

(a) Acórdão 1.348/2017, proferido em 28.06.2017, no processo 021.542/2016-3, da Relatoria do Ministro Bruno Dantas:

Objeto: Apuração de irregularidades relacionadas aos processos licitatórios e à execução dos contratos para elaboração dos projetos executivos da Usina Termonuclear de Angra 3.


Alberto Ramalho Ortigão, PhD
CREA RJ-19298-D

Penalidade: (...) *declarar a inidoneidade da empresa Engevix Engenharia e Projetos S.A. para participar, por cinco anos, de licitações da Administração Pública Federal, nos termos do art. 46 da Lei 8.443/1992 (...)*

* * *

(b) Acórdão 2.135/2018, proferido em 12.09.2018, no processo 013.384/2017-1, da Relatoria do Ministro Benjamin Zymler:

Objeto: Apuração de fraudes a licitações conduzidas pela Petróleo Brasileiro S.A (Petrobrás) para a implantação da Refinaria do Nordeste (Rnest), em Ipojuca/PE

Penalidade: (...) *com fundamento no art. 46 da Lei 8.443/1992, declarar a inidoneidade da empresa Engevix Engenharia e Projetos S.A. (00.103.582/0001-31), pelo prazo de 3 (três) anos, para participar de licitações na administração pública federal, bem como em certames promovidos na esfera estadual e municipal cujos objetos sejam custeados com recursos federais repassados por força de convênios ou instrumentos congêneres (...)*

40. Como se vê, em ambas as decisões, o TCU declarou a inidoneidade da ENGEVIX, em razão da apuração de fraudes em outros procedimentos licitatórios.

41. Não obstante a menção a licitações perante a administração pública federal e com recursos federais perante outros entes, certo é que quando se trata de Administração Pública em aspecto relacionado à licitações, a própria Lei Federal nº 8.666/1993 define ‘Administração Pública’ de modo abrangente em seu art. 6º, XI, correspondendo “a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas”.

42. E é esta mesma Lei Federal que no seu art. 3º estabelece que o procedimento licitatório deve ser processado e julgado em estrita conformidade com o princípio da moralidade.

43. Logo, em razão do que decidiu o Tribunal de Contas da União, é inconcebível que a ENGEVIX, declarada inidônea em razão de fraudes praticadas em outros procedimentos licitatórios, que é uma conduta extremamente reprovável, possa validamente participar de procedimentos licitatórios perante órgão estadual.


Alberto Ramalho Ortigão, PhD
CREA RJ-19298-D

44. Tanto o é, que analisando a abrangência e repercussão da declaração de inidoneidade, o e. Superior Tribunal de Justiça decidiu que ela deve ser estendida perante qualquer órgão público do país. Anote-se este paradigmático julgado:

“ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE EXARADA PELO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. IMPOSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. APLICAÇÃO A TODOS OS ENTES FEDERADOS.

1. A questão jurídica posta a julgamento cinge-se à repercussão, nas diferentes esferas de governo, da emissão da declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, prevista na Lei de Licitações como sanção pelo descumprimento de contrato administrativo.

2. Insta observar que não se trata de sanção por ato de improbidade de agente público prevista no art. 12 da Lei 8.429/1992, tema em que o Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência limitando a proibição de contratar com a Administração na esfera municipal, de acordo com a extensão do dano provocado. Nesse sentido: EDcl no REsp 1021851/SP, 2ª Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, julgado em 23.6.2009, DJe 6.8.2009.

3. "Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções: (...) IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública" (art. 87 da Lei 8.666/1993).

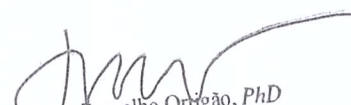
4. A definição do termo Administração Pública pode ser encontrada no próprio texto da citada Lei, que dispõe, em seu art. 6º, X, que ela corresponde à "Administração Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas".

5. Infere-se da leitura dos dispositivos que o legislador conferiu maior abrangência à declaração de inidoneidade ao utilizar a expressão Administração Pública, definida no art. 6º da Lei 8.666/1993. Dessa maneira, consequência lógica da amplitude do termo utilizado é que o contratado é inidôneo perante qualquer órgão público do País. Com efeito, uma empresa que forneça remédios adulterados a um município carecerá de idoneidade para fornecer medicamentos à União.

6. A norma geral da Lei 8.666/1993, ao se referir à inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, aponta para o caráter genérico da referida sanção, cujos efeitos irradiam por todas as esferas de governo.

7. A sanção de declaração de inidoneidade é aplicada em razão de fatos graves demonstradores da falta de idoneidade da empresa para licitar ou contratar com o Poder Público em geral, em razão dos princípios da moralidade e da razoabilidade.

8. O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento de que o termo utilizado pelo legislador - Administração Pública -, no dispositivo concernente à aplicação de sanções pelo ente contratante, deve se estender a todas as esferas da Administração, e não ficar restrito àquela que efetuou a punição.


Alberto Ramalho Ortigão, PhD
CREA RJ-19298-D

9. Recurso Especial provido” (STJ, 2ª T, Min. Herman Benjamin, REsp 520.553/RJ, DJe 10.02.2011; g.n.).

45. Neste sentido, e especificamente no presente caso, dispõe o item 5.2 do edital que *não serão admitidas na licitação as empresas punidas, no âmbito da Administração Pública, com as sanções prescritas no art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como nos incisos III e IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93 (g.n.). E o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 é justamente a penalidade de inidoneidade.*


46. Por estas razões, as quais, evidentemente, devem ser submetidas ao contraditório da ENGEVIX e às diligências desta Comissão de Licitação do INEA, a TERRATEK pede que a ENGEVIX não seja habilitada a participar deste procedimento licitatório, em razão de ter sido declarada inidônea pelo Tribunal de Contas da União.

IV - CONCLUSÃO:

47. A TERRATEK pede que esta ilustre Comissão de Licitação observe o efeito suspensivo automático deste recurso, nos termos do item 16.3 do Edital.

48. Com base nas razões acima, a TERRATEK pede que a decisão que a inabilitou seja reformada, para que seja declarada habilitada a participar deste procedimento licitatório, porque está demonstrado que é uma sociedade simples, e como exige a lei o seu ato constitutivo (contrato social) é registrado (inscrito) perante o Registro Civil das Pessoas Jurídicas, e não perante a JUCERJA, como equivocadamente decidiu-se nesta licitação. E os seus administradores, também como faz prova a 12ª e última alteração do seu ato constitutivo (contrato social), estão nomeados na cláusula 12 (Srs. José Alberto Ramalho Ortigão e Halleylton Lopes Ribeiro).

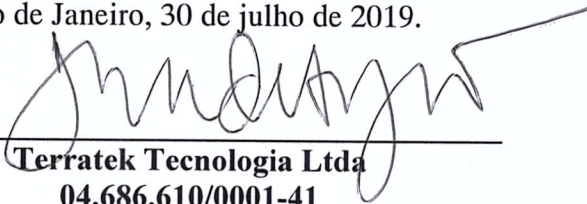
49. Também com base nas razões acima, a TERRATEK pede que seja declarada habilitada a participar deste procedimento licitatório porque o seu documento de constituição é autêntico e a sua verificação de autenticidade, conforme regras do próprio RCPI, deve ser feita diretamente em sua página na internet, por meio da parte interessada, de forma rápida, eficaz, gratuita, desburocratizada e sem qualquer prejuízo para a Administração, o que está alinhado com a Lei Federal nº 13.726/2018


Alberto Ramalho Ortigão, PhD
CREA RJ-19298-D

50. Caso assim não se entenda, o que se admite para fins de argumentação, a TERRATEK pede que o INEA observe os itens 7.4, 8.30, 8.31, 18.7 e 18.8 do Edital e seja determinada a exibição do seu original para confronto físico com o documento já apresentado ao INEA.

51. Por fim, em razão das decisões proferidas pelo Tribunal de Contas da União, que declarou a ENGEVIX inidônea em razão da apuração de fraudes em outros procedimentos licitatórios, a TERRATEK também pede que a decisão seja reformada para declarar a ENGEVIX não habilitada a participar deste procedimento licitatório, em observância ao item 5.2 do Edital e ao princípio constitucional e legal da moralidade administrativa.

Nestes termos,
Pede deferimento.
Rio de Janeiro, 30 de julho de 2019.



Terratek Tecnologia Ltda
04.686.610/0001-41

José Alberto Ramalho Ortigão
19298-D Crea RJ

Google

Q Pesquise no Google ou digite um URL



Sienge	Locaweb	Empresa	Usuário	globo.com	Gmail
Meu Vivo Em...	Acompanham...	Empresas	Meu Vivo Em...	Acompanham...	Adicionar atal...

10 Ramalho Ome...
REA RJ-10...



Buscar...

SERVIÇOS CONSULTAR INSTRUÇÕES DÚVIDAS ATENDIMENTO

ACESSO RÁPIDO:

- Registro Eletrônico pela Central RCPJ/Redesim
- Registro de SPED

CONSULTAR PROTOCOLOS NO RCPJ

Protocolo

diarmesiano

Consultar

CONTRATOS APRESENTADOS PARA REGISTRO ATÉ ÀS 14H
Serão entregues no mesmo dia*

(*) Serão entregues até às 17hs.



CONSULTA DE DOCUMENTOS ARQUIVADOS NO RCPJ

Consulte a autenticidade de documentos arquivados no RCPJ por uma das opções a seguir:



Pelo QRCode

Pelo Código do Selo

LANÇAMENTOS DO RCPJ-RJ NO DIÁRIO OFICIAL

Por favor, selecione uma data para visualizar as publicações do RCPJ-RJ no Diário Oficial:

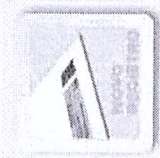


diarmesiano

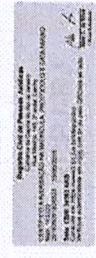
Consultar

NOVO FORMATO DE REGISTRO

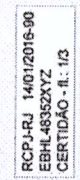
Os documentos registrados no RCPJ-RJ agora contam com tecnologia que garante total segurança ao registro. Confira abaixo as mudanças que clique aqui para informações mais detalhadas.



Certificação do registro impresso ao final do documento:



Chancela no canto superior de cada página do documento:



Alvaro Ramalho Ortigão, PhD
CREA RJ-19298-D



Busca...

ATENDIMENTO

DÚVIDAS

INSTRUÇÕES

CONSULTAR

SERVIÇOS

ACESSO RÁPIDO:

- ▶ Registro Eletrônico pela Central RCPJ/Redesim
- ▶ Registro de SPED

CONSULTAR PROTOCOLOS NO RCPJ

Protocolo

dia/mês/ano

Consultar

CONTRATOS APRESENTADOS PARA REGISTRO ATÉ ÀS 14H Serão entregues no mesmo dia*

(*) Serão entregues até às 17hs.



CONSULTA DE DOCUMENTOS ARQUIVADOS NO RCPJ



Consulte a autenticidade de documentos arquivados no RCPJ por uma das opções a seguir:

Pelo QRCode

Pelo Código do Selo

LANÇAMENTOS DO RCPJ-RJ NO DIÁRIO OFICIAL



Por favor, selecione uma data para visualizar as publicações do RCPJ-RJ no Diário Oficial:

dia/mês/ano

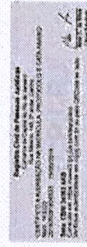
Consultar

NOVO FORMATO DE REGISTRO



Os documentos registrados no RCPJ-RJ agora contam com tecnologia que garante total segurança ao registro. Confira abaixo as mudanças ou clique aqui para informações mais detalhadas.

Certificação do registro impresso ao final do documento:



RCPJ-RJ 14/01/2016-90
EBHL4832XYZ
CERTIDÃO - IL: 1/3

Chancela no canto superior de cada página do documento:



Alberto Ramalho Ortigão, PhD
 CREA RJ-19298-D



Buscar...

SERVIÇOS

CONSULTAR

INSTRUÇÕES

DÚVIDAS

ATENDIMENTO

Andamento de Protocolos

ACESSO RÁPIDO:

Registro Eletrônico pela Central RCPJ/Redesim

Registro de SPED

CONSULTAR PROTOCOLOS NO RCPJ

Protocolo

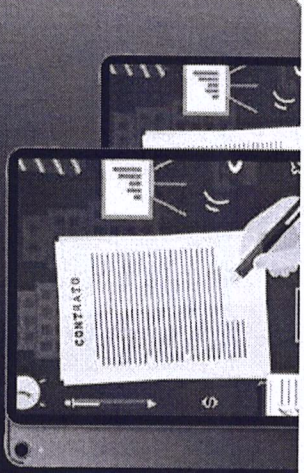
diarmês/ano

Consultar

CONTRATO PARA REGISTRO ATÉ ÀS 14H Serão entregues no mesmo dia*

(*) Serão entregues até às 17hs.

Autenticidade de Documentos Lançamentos no Diário Oficial



CONSULTA DE DOCUMENTOS ARQUIVADOS NO RCPJ

Consulte a autenticidade de documentos arquivados no RCPJ por uma das opções a seguir:

Pelo QRCode

Pelo Código do Selo



LANÇAMENTOS DO RCPJ-RJ NO DIÁRIO OFICIAL

Por favor, selecione uma data para visualizar as publicações do RCPJ-RJ no Diário Oficial:

dia/mês/ano

Consultar

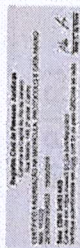


NOVO FORMATO DE REGISTRO

Os documentos registrados no RCPJ-RJ agora contam com tecnologia que garante total segurança ao registro. Confira abaixo as mudanças ou clique aqui para informações mais detalhadas.



Certificação do registro impresso ao final do documento:



Chancela no canto superior de cada página do documento:

RCPJ-RJ 14/01/2016-90
EBHL4832XYZ
CERTIDÃO - IL: 1/3

Alcides Ramalho Orfão, PhD
RJ-19298-D



Consultar Documentos

🏠 Página Inicial / Consultar Documentos

Por favor informe abaixo o código do selo:

Consultar

Alberio Ramalho Ortigão, PhD
05/10/2008



Consultar Documentos

Buscar...

- SERVIÇOS
- CONSULTAR
- INSTRUÇÕES
- DÚVIDAS
- ATENDIMENTO

↑ Página Inicial / Consultar Documentos

Por favor informe abaixo o código do selo:

O RCPJ-RJ reconhece e dá fé que o documento registrado com o selo **ECGV33028ROA** está cadastrado no seu sistema.

Por favor aguarde! O documento está sendo carregado:

ECGV33028ROA 0/16 Consultar




Alberto Ramalho Ortigão, PhD
CREA RJ-19298-D

12ª Alteração Contratual de
Tecmek Tecnologia Ltda.
RCPJ 191747
CNPJ/MF nº 04.86.610/0001-41

JOSE ALBERTO RAMALHO ORTIGÃO, brasileiro, casado, engenheiro de bens, engenheiro civil, inscrito em 11/ de identidade nº 19298-D, expedida pela CREA nº 256.482.687-34, residente e domiciliado no do Rio de Janeiro, na Avenida Niemeyer 921, CEP: 22.450-221 ("Alberty");

HILLEYLTON LOPES RIBEIRO, brasileiro, solteiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas e domiciliado na Estrada do Rio de Janeiro, CEP: 23035-372, ("Hilleylton");

FABIO MURILHO DA SILVA, brasileiro, civil, portador da carteira DETRAN/RJ, inscrito no nº 14.625.967-86, residente e domiciliado na casa 12, Taquara, CEP: de Janeiro ("Fabio");

UNICOS s/a, sociedade simples limitada com sede na Rua de Inodoro, na Avenida Enca Veríssimo 901, CNPJ/MF nº 07.92.021-180, registrada na Insúcia (NCE 9/2001 ("Sociedade"), e, ainda, DELIBER por unanimidade, e que se segue:

al de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para R\$ de Resultados Acumulados de R\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais), que será distribuída de forma participação dos sócios.

da deliberação do item acima, os sócios deliberam a ser a Cláusula 5ª do Contrato Social, que passa a vigorar com o seguinte teor:

Capital social é de R\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais) e é dividido em 2.100.000 (dois milhões e cem mil) quotas, no valor

Alberto Ramalho Ortigão, PhD
CREA RJ-19298-D